

# A Democracia e os seus descontentes no cenário de Portugal e Espanha

É verdade que, ao cabo de mais de dois séculos de processos de abertura política, de conquista de direitos e de ampliação das liberdades, nunca houve, no mundo inteiro, tantos regimes democráticos; mas também é verdade que, descontado o negro período entre as duas guerras mundiais, nunca houve tanta insatisfação com essa mesma democracia.

**1** A “era da incerteza” é o rótulo que melhor define o século XXI, sobretudo desde que a crise de há quase uma década globalizou problemas económicos e tensões políticas internacionais que se julgavam ultrapassados pelos progressos do capitalismo e da democracia, pelo menos naquela parte do mundo – o Ocidente – em que afortunadamente vivemos. É verdade que, ao cabo de mais de dois séculos de processos de abertura política, de conquista de direitos e de ampliação das liberdades, nunca houve, no mundo inteiro, tantos regimes democráticos; mas também é verdade que, descontado o negro período entre as duas guerras mundiais, nunca houve tanta insatisfação com essa mesma democracia. E por isso hoje se fala nos seus velhos e novos inimigos e ameaças, esquecendo muitas vezes as possibilidades de melhoria individual e coletiva que ela oferece e o quanto, afinal, a pior das democracias é ainda assim preferível a qualquer uma das



POR  
**José Miguel Sardica**

Professor, FCH-UCP  
e IEP-UCP

suas alternativas mais ou menos utópicas e/ou ditatoriais.

Num mundo que é cada vez mais pós-Europeu, é útil lembrar que a União Europeia ainda é um oásis de paz e desenvolvimento apetecível. E dentro da Península Ibérica, apesar da má fama que a divisão weberiana da Europa há muito empresta aos latinos e aos “do Sul”, existem dois países onde a democracia e o desenvolvimento são conquistas e realidades indiscutíveis. Apesar da crise financeira e económica e da maior instabilidade política em que Portugal e Espanha estão presentemente mergulhados, vivemos, portugueses e espanhóis, de forma livre e com mais abundância e mais segurança hoje do

que muitas das nossas gerações anteriores: parafraseando Voltaire, a Ibéria não é o melhor dos mundos possíveis, mas é, comparando com o seu passado e com o presente de outros mundos, um mundo muito aceitável.

Os grandes indicadores internacionais são claros em relação a isto. No Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial, Portugal ocupa o 38.º lugar e a Espanha o 33.º lugar em quase 150 países observados. Em cinco níveis hierarquizados dos melhores para os piores países, a Península está no segundo melhor conjunto, sendo o primeiro conjunto dominado pela Europa Ocidental e do Norte, pelos EUA, Canadá, China, Singapura, Japão ou Austrália. Já no Índice da Democracia elaborado pela *Economist Intelligence Unit* de Londres, que lista 167 nações, a Espanha está no 17.º lugar do top 20 (o grupo dos países com “Democracia Plena”), e Portugal no 33.º lugar (fazendo companhia à Itália, à nossa frente, e à Grécia, atrás de nós), no grupo das chamadas “Democracias Fracas”, mas bem acima dos regimes de tipo “Híbrido” ou “Autoritário”. Quer isto dizer – citando a *Freedom House* norte-americana – que portugueses e espanhóis fazem parte

dos 40% da população mundial que vive em democracia. E economicamente, segundo o FMI, os PIB's per capita de Portugal e Espanha são superiores aos de 80% dos países do globo e aos de 85% da população mundial.

**2** Estes números são sobretudo lisonjeiros se se recordar que o lugar ou o ranking que qualquer país ocupa no mundo é o fruto da sua evolução histórica mais ou menos recente. Sem o conhecimento do passado, a análise política é instantânea e por isso “plana” e amnésica. Ora a história revela que, por contraste com países como a Inglaterra ou os EUA, que não conheceram outro enquadramento ou ambiente senão a democracia e o capitalismo desde há dois ou três séculos, Portugal e Espanha são “latecomers” de ambos. A Península Ibérica liberalizou-se ao longo do século XIX, atingindo estádios de democratização nas décadas finais das suas monarquias constitucionais. Mas a liberdade e a democracia desapareceram da Península, subvertidas e golpeadas, primeiro em Portugal, pelo radicalismo republicano (a partir de 1910), pela crise do pós-I Guerra Mundial e pela Ditadura Militar (a partir de 1926), e em Espanha pelo esgotamento do liberalismo monárquico e pelo ensaio ditatorial de Primo de Rivera (a partir de 1923), e depois

duradouramente reprimidas, em Portugal pela ascensão ao poder do Estado Novo de Salazar, e em Espanha pelas guerras intestinas da II República e pelo triunfo do franquismo, na muito negra década de 1930. Ausentes da chamada segunda vaga de democratização mundial – a do pós-1945 – Portugal e Espanha seriam em contrapartida pioneiros da terceira vaga, iniciada em Lisboa, e secundada por Atenas e Madrid, criando uma energia democrática na Europa e no Ocidente que Samuel Huntington não hesitou em considerar ter constituído o dínamo impulsor do colapso das ditaduras comunistas no Leste do continente no final da década de 1980.

Olhada a história de Portugal e de Espanha desde as suas revoluções liberais fundadoras no primeiro quartel do século XIX, uma visão mais satírica diria que a democracia que presentemente rege a Península é um milagre e uma exceção recente a uma velha regra – a saber, a da dificuldade de em ambos os países, mais pobres, mais periféricos, mais iletrados e mais instáveis do que os seus congéneres do Norte, fazer florescer, com estabilidade e continuidade, a democracia e o progresso social e económico. Reduzida à sua expressão mínima, a história contemporânea de Portugal e Espanha oscilou sempre entre avanços e recuos da liberda-

de, ao ritmo de sucessivos e intermináveis ciclos de agitação revolucionária, guerras civis, golpes e conspirações, instabilidade governativa e institucional, violência social e estagnação económica. Durante décadas a fio, o ambiente ibérico nunca foi favorável ao enraizamento e desenvolvimento de democracias maduras e estáveis – e neste aspeto, o século XX foi até um retrocesso em relação ao século XIX, onde a liberdade e o progresso foram a norma de vida dos liberais, mesmo que não totalmente democráticos, então vigentes.

Mais uma vez, há números que são elucidativos. Desde a Revolução de Abril de 1974 até à atualidade, Portugal teve 6 governos provisórios durante o PREC e 21 governos constitucionais desde a aprovação da Constituição, em 1976. A média é de 23 meses de duração para cada governo. Em Espanha, houve 47 governos desde a Assembleia Constituinte de 1977 até hoje, com uma média de 10 meses de duração cada, embora com um total de líderes do executivo menor do que o registado em Portugal (seis nomes de Adolfo Suárez a Mariano Rajoy contra treze nomes de Mário Soares a António Costa). Não são números que destoem do registado noutras democracias europeias das décadas mais recentes. O que aqui interessa salientar



é a *melhoria* em relação ao passado. Não contabilizando, evidentemente, o quase meio século de imobilismo e repressão das duas ditaduras, Portugal teve 135 governos nos 112 anos que mediaram entre a Revolução Liberal portuguesa de 1820 e a chegada de Salazar ao poder, em 1932 (uma média de um governo a cada 10 meses); entre a Revolução Liberal espanhola de 1812 e o final da II República, em 1939, houve 178 governos em 127 anos (uma média de um governo a cada 8,5 meses!). Sobretudo o que faz dos últimos 40 anos da Península uma nova era democrática, em contraste com um passado oscilante entre os extremos da anarquia e do autoritarismo, é assim o ambiente político-institucional, dada que a agenda da normalização pós-salazarista e pós-franquista, logo seguida, a partir dos anos 1980, pelos desafios disciplinadores da pertença à Europa, afastaram o espectro das lutas constitucionais, do golpismo militar e dos desacordos violentos entre forças políticas díspares.

Num estudo comparado das revoluções europeias, Charles Tilly assinalou que, entre os finais do século XVIII e os meados do século XX, a Península Ibérica teve 94 anos com episódios revolucionários, acima dos 71 anos dos Balcãs/Hungria, dos 14 anos da Rússia, dos 13 anos da Rússia, dos 12 anos das Ilhas Britânicas (e não somente da Inglaterra), e dos 8 anos dos Países Baixos/Alemanha. Este padrão ibérico de “extraordinária sucessão de situações revolucionárias” desde as guerras com a França até à década de 1930 teve, como conclui Charles Tilly, uma macro consequência: “o desenvolvimento lento das instituições liberais” e, portanto, a efemeridade e a superficialidade da democracia – que foram causa, e também consequência, de outras características estruturais da vida ibérica, como o défice financeiro crónico, o atraso social, as guerras ideológicas e o persistente facciosismo dos agentes políticos, sempre avessos a qualquer tipo de diálogo ou compromisso durável e construtivo.

**3** Este círculo vicioso, infeliz paradigma da história contemporânea portuguesa e espanhola, foi vencido pela democracia europeia em que vivemos há uma geração. E porque ela só existe, na Península, há uma geração, é natural que esteja mais indefesa do que outras, quando a crise internacional e um ambiente global mais instável são as coordenadas do tempo presente. Em Janeiro de 1981, quando

abandonou o governo, algumas semanas antes da tentativa de golpe pró-franquista do 23-F, Adolfo Suárez, o Presidente do Governo espanhol, declarou não querer que a democracia conquistada havia poucos anos fosse apenas “*un paréntesis en la historia de España*”. Poderá esta perspetiva tornar-se real em Portugal ou Espanha? Face ao catálogo de problemas e ameaças que hoje ensombram a vida dos países livres – a crise económica, o empobrecimento das classes médias, a tensão social, a instabilidade política, a corrupção, a anomia e o protesto cívicos, ou o crescimento do populismo, do fundamentalismo e do terrorismo –, estarão as democracias ibéricas, mais jovens e mais indefesas do que outras na Europa, em risco de sucumbirem? A melhor resposta talvez



seja um “não, mas...”. A pertença à União Europeia é um poderoso estabilizador antirrevolucionário e quer Portugal, quer Espanha, malgrado o crescimento eleitoral de forças políticas anti-*establishment*, ainda estão imunes ao extremismo político que espregueia noutras paragens. E o que os dois povos conquistaram, de progresso, bem-estar e segurança desde há 40 anos deve exatamente imunizá-los contra qualquer aventura antidemocrática.

Dito isto, contudo, há sinais de que o ambiente geral na Ibéria é hoje menos entusiasta da democracia e das suas virtualidades e possibilidades. O último *Eurobarómetro* mostra que na escala de satisfação com a democracia, de 1 (nada satisfeito) a 4 (muito satisfeito), Portugal regista o valor de 2,4 e a Espanha de 2,3. O crescimento constante da abstenção em todos os atos eleitorais tem revelado a distância e o alheamento das sociedades e das opiniões

públicas face aos partidos e sistemas políticos vigentes: apenas 11% dos portugueses e 7% dos espanhóis declaram confiar nestes. Em Portugal, finalmente, um inquérito recente realizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos explorou os sentimentos da faixa etária 18-29 anos perante a democracia: 56% dos jovens adultos inquiridos expressou “desilusão”, 53% “desconfiança”, 48% “esperança”, 34% “insatisfação”, 31% “incompreensão”, 26% “indiferença” e somente 15% “orgulho” ou “satisfação”.

**4** Num mundo que parece em guerra e numa Europa que está sem dúvida em crise – financeira e sobretudo de arquitetura institucional e de confiança nos seus valores e destino – como convencer os mais velhos de que o presente é ainda assim melhor do que o passado, e os mais jovens (que só conhecem a liberdade e não têm memória das ditaduras passadas) de que o presente é a antecâmara de um futuro melhor? O que podem e devem fazer, no caso particular em apreço, os decisores e agentes políticos peninsulares?

As soberanias nacionais interligam-se hoje com a pertença à Europa e com a inserção global no mundo. Depois de séculos de uma história de silêncios, distâncias e rivalidades, entrecortada por algumas aproximações, amizades e simetrias, fruto da natureza muito especial da relação ibérica – de irmãos face a face, de amigos inimigos ou de vizinhos de costas voltadas – Portugal e Espanha consolidaram as suas democracias lado a lado, nos anos 1970 e 1980, e ingressaram juntos, em 1986, na então CEE, inaugurando o que o antigo embaixador espanhol em Lisboa, Alberto Navarro, resumiu em 2010 como “*la mejor etapa de nuestra historia común*”. O tempo do boom económico e da acelerada convergência dos “bons alunos” peninsulares com os seus parceiros europeus abrandou, ou inverteu-se, desde o princípio do século em Portugal e mais recentemente em Espanha. Mas lado a lado, os dois países mudaram muito, e muito rapidamente, para melhor sob o influxo europeu – nos domínios político, institucional, económico, cultural, mental, etc.

Numa Europa entretanto recentrada para o Leste e perante a crise global aberta em 2008, tudo aconselha os dois Estados e as duas sociedades a uma colaboração estreita, pela qual a contiguidade geográfica, os recursos comuns, as semelhanças políticas e o aproveitamento mútuo de



**O que os dois povos conquistaram, de progresso, bem-estar e segurança desde há 40 anos deve exatamente imunizá-los contra qualquer aventura antidemocrática**

mercados reforcem uma posição concertada que valorize a Península na Europa e como charneira de relação dessa mesma Europa com as antigas extensões históricas de Lisboa e Madrid – a África e a América Latina. Não se trata de ser iberista, naquele sentido unitarista ou unionista de apagamento de fronteiras e de absorção de um pelo outro; mas antes de ser – como a intelectualidade portuguesa hispanófila ou a espanhola lusófila sempre foram – adepto de um “iberismo de complementaridade”, de um peninsularismo ou aliancismo que, em ambiente de “coopetição” (cooperação e competição), valorize o peso de Portugal e Espanha, evitando a sua periferação, realizando ganhos de escala e garantindo maior competitividade a uma Península unida, embora não, e nunca, una.

Precisando de fazer as suas reformas (a principal das quais a reforma do Estado e a religação entre a política e a sociedade), e de atalhar os seus mais graves problemas (o maior dos quais o crónico endividamento

público, herança histórica de um Estado que sempre precisou de gastar muito para criar e alimentar uma sociedade que o apoiasse e ao regime representativo), Portugal necessita de um renovado olhar para a Europa e o mundo. Ora esse olhar deve começar pela vizinha Espanha, que não é uma ameaça à soberania lusa, mas antes uma fuga à periferia e à crise. Vista de Lisboa, a Espanha pode ser um rival; mas é seguramente um rival que estimula a fazer melhor, e um aliado, em tempos de pós-iberismo (ou de iberismos descomplexados) e de inter-relações adultas, que potenciam a voz e o poder da Península numa Europa onde parecem faltar vozes de comando. Já em 1890, no rescaldo do

Ultimato britânico e décadas antes da criação da UE, escrevia o historiador e político Joaquim Pedro Oliveira Martins: “é com a Espanha que devemos aliar as nossas forças no propósito de uma defesa comum [...] Desligados, vegetaremos sempre miseravelmente; aliados, far-nos-emos respeitar pelos fortes, porque estaremos entre os primeiros. Só aliados os dois povos peninsulares, a Espanha e Portugal, podem contar nos conselhos europeus como uma grande potência”.

Na Península Ibérica, como em qualquer parte do mundo livre, o problema da democracia é tanto político ou económico quanto sentimental e afetivo. As pessoas exigem tudo à democracia e só gostam dela quando ela funciona – considerando a grande maioria que ela só funciona quando dá liberdade a todos e um largo vislumbre do Céu na Terra. Porque a humanidade é saudavelmente imperfeita, isto é pedir-lhe o impossível. O que é importante é afirmar-se, a todo o momento, que é imperativo gostar da democracia, lutar por ela e defendê-la mesmo quando ela parece não funcionar bem. Porque como também um dia recordou o estadista espanhol Adolfo Suárez, evocando o conhecido aforisma de Sir Winston Churchill, “*el mejor sistema de todos los posibles, con todas las imperfecciones que existen, es un sistema democrático*”. ■

**BIBLIOGRAFIA**

ARAÚJO, António (ed.) (2016), «A Democracia em Sobressalto», *Revista XXI Ter Opinião*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, n.º 7.

FREIRE, André (2014), «Continuidades e Rupturas nos Regimes Políticos do Oitocento e Novecento Portugueses», in André Freire (org.), *O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI. Continuidades e Rupturas*, Coimbra: Edições Almedina, pp. 257-300.

FUENTES, Juan Francisco (2011), *Adolfo Suárez. La historia que no se contó*, Madrid: Planeta.

GARCÍA DE CORTAZAR, Fernando; GONZÁLEZ VESGA, José Manuel (2000), *Breve historia de España*, Madrid: Alianza Editorial.

GARCÍA PÉREZ, Rafael (2011), «Espanya y Portugal en la UE: de la convivencia a la integración», in Teresa Ferreira Lopes e Rafael García Pérez (coord.), *Portugal e Espanha. Crise e Convergência na União Europeia*, Parede: Tribuna da História, pp. 163-192.

GASPAR, Carlos (2011), «Portugal, a Espanha e o futuro das relações bilaterais», in Teresa Ferreira Lopes e Rafael García Pérez (coord.), *Portugal e Espanha. Crise e Convergência na União Europeia*, Parede: Tribuna da História, pp. 145-162.

GONZÁLEZ TEJERA, Federico (2010), *Portugueses e españoles. Una guía para entenderse mejor*, Madrid: Minerva.

HUNTINGTON, Samuel P. (1991), *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, EUA: University of Oklahoma Press.

MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira (1957 [1890]), «Alianças», in *Política e História*, Lisboa: Guimarães Editores, Volume II, pp. 259-271.

MATA, Maria Eugénia (1991), «A atividade revolucionária no Portugal contemporâneo – uma perspectiva de longa duração», *Análise Social*, n.º 112-113, pp. 755-769.

MOURA, Álvaro Mendonça e (2010), «Relações luso-espanholas neste início de século. Aonde chegámos e que futuro queremos?», *Nova Cidadania*, n.º 41, pp. 8-13.

ROYO, Sebastián; MANUEL, Paul Christopher (2005), «Introdução», in Sebastián Royo (coord.), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um Balanço*, Lisboa: ICS, pp. 23-56.

RUIZ TORRES, Pedro (1999), «Revolución, Estado y Nación en la España del siglo XIX. Historia de un problema», *Ayer*, n.º 36, pp. 16-44.

SARDICA, José Miguel (2013), *Ibérica. A relação entre Portugal e Espanha no Século XX*, Lisboa: Alêtheia.

SARDICA, José Miguel (2016), *Terminar a Revolução. A Política Portuguesa de Napoleão a Salazar*, Lisboa: Temas e Debates.

SCHWAB, Klaus (ed.) (2015), *The Global Competitiveness Report, 2015-2016*, Genebra: World Economic Forum (disponível online).

TILLY, Charles (1996), *As Revoluções Europeias, 1492-1992*, Lisboa: Editorial Presença.